

Repúdio ao desmonte da EBC pelo governo Temer

A MP extingue o Conselho Curador da Empresa, acaba com o mandato de quatro anos do seu diretor-presidente e altera a composição do Conselho de Administração.

[\(FNDC, 02/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) vem a público manifestar seu repúdio à edição da Medida Provisória nº 744, de 2 de setembro de 2016, que altera a Lei 11.652/2008, a lei que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Leia mais:

[Conselho Curador da EBC divulga moção de repúdio contra desmonte \(Rede Brasil Atual, 02/09/2016\)](#)

[Governo troca comando da EBC e muda estatuto da empresa por meio de MP \(Correio Braziliense, 02/09/2016\)](#)

A MP extingue o Conselho Curador da Empresa, acaba com o mandato de quatro anos do seu diretor-presidente e altera a composição do Conselho de Administração. Trata-se de uma clara demonstração do caráter autoritário de um governo que violou a soberania popular e a Constituição para chegar ao poder e, por isso, não tem qualquer compromisso com o respeito às leis.

Acabar com o instrumento de participação da sociedade na Empresa de Comunicação Pública - que era constituído por artistas, intelectuais e representantes do movimento social brasileiro - é uma violência e mostra que o governo golpista não pretende estabelecer qualquer diálogo com a sociedade. Aliás, em poucas horas, fica clara a prática de cerceamento à liberdade de expressão por parte da gestão Temer.

Nessa mesma data, o governo ilegítimo exonerou, mais uma vez, o diretor-presidente da EBC, Ricardo Melo, e nomeou o interventor Laerte Rímoli, assessor direto do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aquele

mesmo que responde como réu no Supremo, acusado de manter contas na Suíça abastecidas com dinheiro desviado da Petrobras. Com efeito, a perseguição político-ideológica e a censura jornalística serão a nova diretriz a ser imposta aos funcionários da EBC.

O FNDC - ao lado de outras entidades do movimento social brasileiro, da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, de intelectuais, artistas e todos e todas que lutam em defesa da democracia nas comunicações e no Brasil - vai buscar todos os recursos necessários, dentro e fora do país, para reverter este ataque inaceitável contra a EBC.

Não nos calaremos!

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC

Redes autônomas de comunicação e a luta pela descolonização midiática, por Intervozes

(CartaCapital, 23/08/2016) Fórum Mundial de Mídia Livre, realizado no Canadá, debateu a importância de infraestruturas independentes para o exercício da liberdade de expressão.

Montreal, no Canadá, é chamada de *Tiotia:keno* idioma *kanien'kehá:ka*. Historicamente, a cidade era um lugar de encontro para os diversos povos originários do país, que sofrem até hoje os efeitos da colonização europeia e, posteriormente, norte-americana de seus territórios. Pois foi em *Tiotia:ke* que centenas de ativistas que defendem a liberdade de expressão e mudanças no sistema global de comunicações se reuniram este mês, na quinta edição do

Fórum Mundial de Mídia Livre (FMML).

Consciente do papel da mídia independente no enfrentamento ao conservadorismo e a discursos reacionários que crescem em todo o planeta, assim como da importância do acesso aos meios para a disputa de valores em qualquer sociedade, o fórum foi um importante espaço de troca de experiências em torno, justamente, do que pode ser chamado de “descolonização midiática”.

A expressão pode parecer distante da realidade brasileira, mas esta é uma ideia que ganha corpo cada vez mais em países e territórios que ainda são palco de disputas por soberania. Mais do que debater o papel dos meios de comunicação na resistência frente ao colonialismo ainda em curso nas mais diferentes regiões do mundo - a Palestina e os territórios curdos são um exemplo -, a luta pela descolonização midiática tem revelado experiências interessantíssimas de povos que têm se apropriado das novas tecnologias para construir suas próprias redes de comunicação, independentemente de governos e do mercado.

O princípio é antigo. Como relembrou Ramnat Bhat durante o FMML, o controle dos cabos de comunicação pelos ingleses no século XVIII foi central para a dominação da Índia. E o Telegraph Act, lei que regula o setor, datada de 1885, vigora até hoje no país. “Desde a independência da Índia, as leis que protegiam a infraestrutura de telecomunicação permaneceram intocadas. E isso tem a ver com liberdade de expressão”, afirmou.

Marcadas pela exclusão digital, comunidades indígenas de Oaxaca (México) perceberam que somente uma infraestrutura autônoma permitiria o acesso da população mais excluída à informação e ao exercício de sua liberdade de expressão. No México, cerca de 50 mil comunidades no país carecem do serviço telefônico em função da falta de interesse econômico por parte das operadoras. O processo se baseou no modelo de uma rede de rádios funcionando apenas com software livre, que chegou a 17 comunidades.

Depois, com base no argumento da comunicação como bem comum, conseguiram uma autorização provisória para operar uma rede de telefonia móvel na região. Recentemente, obtiveram a licença de operação para 15

anos. A infraestrutura foi construída a partir de doações da própria população.

“Parece utopia e algo muito distante, mas isso está sendo construído em várias comunidades”, contou Loreto Bravo, da Rádio Palavra, uma das emissoras que deu início ao processo. “As pessoas têm controle do território e sabem que estão exercendo seu direito. Um dos grandes desafios é construir as pontes entre as comunidades indígenas e as hackers, que dominam a tecnologia. Outra é decidir a política de gestão compartilhada da rede, mudar a mentalidade das pessoas, para que entendam que não se trata de uma relação de consumo e sim de um direito”, acrescentou.

Parte do dinheiro que está sendo arrecadado com os planos de celular - que custam infinitamente menos do que os oferecidos pelas operadoras comerciais -, por exemplo, é destinado à sustentação da rede de rádios comunitárias e contribuirá com um fundo para criar uma empresa comunitária de comunicação, que trabalhe com outras linguagens, onde o objetivo não seja o lucro e sim criar condições para o exercício do direito à comunicação pelos povos indígenas. Apesar da conquista da rede de telefonia móvel, os desafios no campo da radiodifusão persistem. Oaxaca conta, por exemplo, com 60 rádios comunitárias, mas apenas quatro possuem licença do Estado mexicano para funcionar.



Fórum Mundial de Mídia Livre: luta internacional pela liberdade de expressão (Foto: Bia Barbosa / Intervozes)

“Precisamos olhar o espectro a partir de uma perspectiva social. O acesso a ele hoje custa tanto porque seu uso social produz valor. É uma extensão da nossa possibilidade de comunicar. E a razão pela qual não temos acesso ao espectro é porque ele é regulado como pedaços de terra vendidos às companhias. Se quisermos ter acesso à comunicação, temos que pagar por isso”, explica Peter Bloom, do grupo Rhizomatica, que viabilizou a rede móvel de Oaxaca. “Mas a legislação hoje nos permite reivindicar uma parte do espectro, e assim podemos usá-lo de muitas formas. Sempre falamos em ter acesso ao ar e usamos isso para TVs e rádios comunitárias, mas podemos

fazer muito outros usos”, reforçou Bloom em sua palestra no FMML.

Conexões globais

Em Montreal, os coordenadores do projeto de Oaxaca puderam compartilhar sua experiência com outra bastante parecida, que está sendo desenvolvida no estado de Manitoba, no oeste do Canadá. Em Winnipeg, capital da província, o consórcio First Mile Connectivity também está construindo uma rede para os povos originários de Manitoba. Ali, somente 21 das 63 comunidades tradicionais - muitas acessíveis somente por avião - tem acesso à internet, a um custo altíssimo para a população local.

“Nos poucos lugares conectados, o acesso é via satélite e muito instável. Algumas pessoas pagam 300 dólares por mês por uma conexão. E há quem tenha que acordar de madrugada, quando a rede está menos congestionada, para baixar arquivos simples como um PDF”, contou Jonathan Fleury, que participa do projeto em Manitoba.

Para Peter Bloom, a luta por espaço na comunicação deve ser articulada internacionalmente: “temos que ampliar nossos horizontes. Não queremos só um pedacinho do espectro, mas uma mudança sobre o que deve ser feito com ele, pensando na comunicação como um direito social. Conforme a tecnologia avança, temos que poder usar mais”.

Na Índia, assim como no Brasil, com a comunicação pública, o espectro vem sendo cada vez mais monetizado e frequências de TV estão sendo vendidas para conexões 4G. “O que antes era oferecido como um serviço gratuito para a população agora será destinado um serviço pago. Fazer o enfrentamento da política em nível individual não será suficiente. Temos que ir mais fundo em nossa articulação global”, acredita o indiano Ramnat Bhat.

O Fórum Mundial de Mídia Livre é um espaço exatamente pra isso. Criado no âmbito do Fórum Social Mundial, em 2009, em Belém, o FMML tem reunido um número crescente de jornalistas, organizações da sociedade civil, hackers, desenvolvedores de software livre, pesquisadores e comunicadores populares e independentes que atuam para transformar essa realidade e garantir o exercício universal do direito à comunicação.

O Intervozes é uma das organizações que integra o comitê internacional de organização do FMML, que já aprovou, para o próximo período, uma série de atividades e encontros. Um deles deve acontecer exatamente em Oaxaca, onde o tema da descolonização midiática será uma vez mais centro do debate.

**Bia Barbosa é jornalista e representa o Intervozes no processo do Fórum Mundial de Mídia Livre.*

Acesse no site de origem: [Redes autônomas de comunicação e a luta pela descolonização midiática, por Intervozes \(CartaCapital, 24/08/2016\)](#)

A cobertura comercial dos Jogos Olímpicos ficou marcada pelo sexismo

(Intervozes, 22/08/2016) O reforço de estereótipos que silencia a diversidade de mulheres e desrespeita sua atuação como atletas foi analisado pela jornalista Débora Prado, do Instituto Patrícia Galvão, na entrevista a seguir.

Uma pesquisa recente demonstrou que as atletas em geral têm menos aparição na mídia do que os atletas e, quando são retratadas, ainda são comuns os estereótipos e violências. Como você avalia a cobertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016 a partir desta perspectiva?

As desigualdades e as relações de poder construídas em torno dos gêneros - incluindo aí os esportes e eventos esportivos - leva à negação de direitos em diferentes níveis. Por isso, é fundamental desnaturalizar esses papéis discriminatórios. Mas, infelizmente, a invisibilidade da construção social em torno dos gêneros ainda é bastante naturalizada, apesar de alimentar

discriminações, limitar oportunidades e até estimular a violência contra as mulheres. Por outro lado, diante deste cenário de desigualdades, existem cada vez mais vozes fazendo denúncias, desconstruindo os papéis e evidenciando os limites que eles impõem às mulheres em sua diversidade.

No esporte, não é diferente e tampouco foi durante as Olimpíadas. Por um lado, uma parcela da sociedade vibrava com o feito das atletas, e a própria realidade desconstruía papéis de gênero tradicionais, já que a diversidade entre as esportistas era inegável. Por outro, a cobertura ficou marcada pela reprodução de estereótipos sexistas antes e durante os jogos. Na mídia empresarial, observamos a reprodução de velhos clichês sexistas, como destacar uma atleta pela sua aparência física e não pelo desempenho esportivo ou apresentá-la como a namorada ou esposa de alguém – ou seja, a redução da mulher a um acessório ou objeto de prazer para um homem, noção que além de sexista é altamente ultrapassada pelo reducionismo que representa. Na internet, vimos casos mais graves, como a violência de gênero praticada na internet contra a nadadora Joana Maranhão ou os crimes de racismo contra a judoca Rafaela Silva, que foram cometidos nas Olimpíadas passadas.

Mas é importante observar não só os preconceitos reproduzidos, como também a desigualdade no tratamento que o silêncio representa, ou seja, observar o que a imprensa deixou de fazer. As mídias, de um modo geral, perderam a oportunidade de debater a desigualdade de gênero no Brasil e nos esportes – este tema era um fator de interesse público considerando que as mulheres são metade da população e que as atletas exerceram um papel fundamental no desempenho do país nos Jogos Olímpicos.

Seria uma chance de pautar que o esporte, como outras esferas da vida social, pode ser tanto esfera reprodutora de discriminação, como ferramenta de reflexão, discussão e empoderamento de meninas e mulheres. Acabaram noticiando o percurso individual das atletas medalhistas, mas o problema estrutural não apareceu, salvo algumas exceções, especialmente no jornalismo online e de veículos alternativos. Ou seja, a mídia empresarial tem a responsabilidade de não ocultar que as atletas enfrentam vários obstáculos para chegar a uma Olimpíada – desde desestímulo para prática de alguns

esportes por meninas nas escolas e até pela família, passando pela falta de investimento nas categorias de base feminina e também na profissionalização. E vale lembrar que a diferença na visibilidade em relação às categorias masculinas reverbera nos patrocínios.

Tudo isso fica muito invisibilizado e, quando estas atletas superam inúmeras barreiras e chegam a uma Olimpíada, num momento de visibilidade, ainda são submetidas a desqualificação sexista e até a violências, como aconteceu com Joana Maranhão.

Os direitos de transmissão dos megaeventos esportivos são negociados por valores altíssimos e ficam restritos aos grandes monopólios de mídia. Como isso se relaciona com o enquadramento da cobertura?

Os monopólios midiáticos são um grande problema para a efetivação democrática no Brasil, pois vêm há anos impedindo que haja diversidade de perspectivas e vozes - e sabemos que as perspectivas feministas, anti-racistas, LGBT, indígena, daqueles que foram impactados negativamente pelos megaeventos, entre tantas outras, é brutalmente silenciada. Olhando a diversidade de realidades em que vivem mulheres e homens no Brasil, fica muito evidente esta lacuna de representatividade nas empresas de mídia onde, de um modo geral, predomina a lógica comercial. A internet altera um pouco este cenário. Há como pressionar os veículos por aquilo que é ocultado, mas esse é um fenômeno recente que ainda precisa ser melhor entendido.

De que forma a cobertura poderia contribuir para visibilizar e empoderar as atletas?

A cobertura poderia, por exemplo, discutir os papéis desiguais de gênero, mostrar que eles são construções culturais que podem - e devem - ser modificadas quando limitam o pleno potencial de desenvolvimento de diversos grupos na sociedade e, inclusive, estão nas raízes de violências. O esporte seria um espaço incrível para debater estas desnaturalizações tão necessárias. Poderia também mostrar a diversidade de mulheres que existe, que não há um ideal único de feminilidade. Poderia ainda debater a falta de investimento na formação das atletas, colocar suas vozes em primeiro plano.

Mostrar seu protagonismo e empoderamento, que certamente servirão de inspiração para muitas outras meninas e mulheres. E pode cobrar as instituições quando elas promovem o racismo e o sexismo institucional. Por exemplo, depois de toda repercussão positiva do futebol feminino, que não conseguiu medalha, mas orgulhou e empolgou espectadores, há rumores na imprensa que a CBF considera acabar com a seleção permanente feminina. Vale lembrar que a seleção masculina existe desde meados do século XX e que teve a oportunidade de disputar inúmeras Olimpíadas no decorrer desses anos todos até conquistar uma medalha de ouro neste ano - além do investimento ser infinitamente superior que o do futebol feminino. Então, caso esse rumor se confirme, será uma atitude altamente desigual, e esta responsabilidade deve ser cobrada da confederação - e não só pela sociedade civil, mas pela mídia também e, sobretudo, pelas televisões que usam concessões públicas.

Nota da Redação: O Coletivo Intervezes preparou uma série especial de matérias e entrevistas sobre a cobertura das Olimpíadas Rio 2016.

Acesse a íntegra no site de origem: [A cobertura comercial dos Jogos Olímpicos ficou marcada pelo sexismo \(Intervezes, 22/08/2016\)](#)

Sindicato cria canal de denúncias de assédio sexual e moral contra jornalistas

(Rede Brasil Atual, 22/08/2016) Denúncias podem ser feitas por e-mail ou por telefone, e a partir dela, o sindicato dará respaldo jurídico à vítima

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo lançou um canal para receber as denúncias de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. A ideia surgiu a partir do caso de uma repórter do portal IG que denunciou o funkeiro Mc

Biel por assédio sexual, provocando ampla repercussão nas redes sociais e desencadeando uma campanha de jornalistas contra a naturalização do machismo e o assédio sexual na categoria. “Nós sabemos que é uma prática comum nas redações e nas entrevistas. A jornalista teve a coragem de fazer a denúncia e se manter firme, porque, em geral, a questão é difícil para a maioria das mulheres”, explica a diretora da entidade, Priscilla Chandretti, em entrevista à repórter Anelize Moreira da Rádio Brasil Atual.

O canal foi lançado quinta-feira (18). A diretora do sindicato explica que as denúncias podem ser feitas por e-mail ou por telefone, e a partir dela, a entidade dará respaldo jurídico à vítima. “Se a pessoa quiser ter sigilo, haverá a garantia. A denúncia chegará a uma das diretoras do sindicato, porque sabemos que é mais fácil conversar com uma mulher que já passou por situações parecidas, e vamos discutir como combater a questão.”

Maria José Braga, que passará a ocupar a presidência da Federação Nacional dos Jornalistas a partir de quarta-feira (24), explica que um dos desafios é avançar na legislação para que seja caracterizado crime de assédio também em relações horizontais. “Primeiro que ela é restritiva, coloca a questão do assédio somente na relação hierárquica, quando há uma subordinação da vítima. Isso é falho, porque pode ocorrer nas relações entre colegas, que muitas vezes não têm o apoio do empregador para fazer a denúncia.”

Segundo Maria, a sua gestão irá investir em campanhas de encorajamento e mapeamento de assédios na categoria. “As mulheres vítimas já estão mais amparadas, mas isso precisa ganhar uma dimensão pública mais confiável. Ela precisa ter confiança de que pode e deve denunciar. Nós vamos tentar criar com os sindicatos essa porta de acolhimento para as jornalistas.”

O canal de denúncia deste tipo de agressão pode ser feito pelo telefone 11-99300-1382, ou através do email denunciaassedio@sjsp.org.br.

Acesse no site de origem: [Sindicato cria canal de denúncias de assédio sexual e moral contra jornalistas \(Rede Brasil Atual, 22/08/2016\)](#)

Circo da Democracia debate democracia e comunicação

(FNDC, 19/08/2016) Renata Mielli, coordenadora geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e do Barão de Itararé, afirma que a possibilidade de avanço na democratização de comunicação não vai acontecer sem democracia: “A primeira vítima do golpe é a liberdade de expressão”. A afirmação foi feita durante sua participação no Circo da Democracia, na última sexta-feira (12/8), em Curitiba.



Mielli, afirmou que desde a entrada de Michel Temer na presidência interina da República, medidas de cerceamento da liberdade de expressão se multiplicam pelo país. Como exemplo disso, lembrou do caso da Virada Cultural em Minas Gerais, em que os artistas foram proibidos de fazer manifestações políticas. No mesmo evento, em São Paulo, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) não pôde fazer cobertura, para não dar visibilidade às manifestações contra o golpe. Além disso, Mielli fala do avanço da judicialização da censura, expressado por meio de ações judiciais contra a comunicação alternativa e blogueiros.

Para além da posição de resistência, Mielli pautou a importância de fazer proposições e buscar conquistas. “Existem contradições no seio do inimigo. Quem poderia imaginar que em 2015 o Congresso iria aprovar a Lei do Direito de Resposta?”, questiona. As eleições municipais são apresentadas como janela de oportunidades. “ Há muito que fazer, como propor leis de fomento à comunicação independente, por exemplo. É importante que a gente elabore plataformas de propostas para apresentar para os candidatos “.

A ativista também chamou atenção para o papel do Facebook, rede social que tem 3 bilhões de usuários no mundo: “Nós estamos vivendo sobre um domínio perverso de um algoritmo que nós não sabemos como funciona. É a nova ditadura da comunicação. Nós estamos que estar lá, mas com consciência do que ele significa. Nós estamos alimentando um monstro”, e aponta a necessidade de buscar alternativas e fazer o enfrentamento à lógica do Facebook.

A jornalista Ednubia Ghisi, do Brasil de Fato, falou sobre a comunicação popular, que vai além da comunicação produzida por jornalistas, citando o principal “calo” do jornalismo, que é o financiamento por meio da publicidade e dá às produções um caráter comercial. “O que marca a comunicação popular, para além do produto, é o processo pedagógico de formação e de construção”, explicou, destacando que um dos desafios da comunicação popular é não reproduzir a lógica comercial dos grandes meios.

“A comunicação deve servir para a transformação”, apontou Ghisi. Nesse sentido, mencionou os veículos que são produzidos não necessariamente por jornalistas, mas por sujeitos que estão inseridos em processos de luta, como o caso do jornal “A Laje”, produzido pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua, o jornal Folha do Sabará, feito pelas associações de moradores do Sabará, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), e veículos do MST, que surgem a partir dos trabalhos realizados em assentamentos e acampamentos.

A jornalista criticou os limites da internet, que, apesar de ter trazido grande visibilidade aos meios alternativos, não pode ser o único canal pelo qual se produz comunicação popular. Prova disso, são as pessoas de regiões que não

tem acesso à internet e que precisam de outras formas e ferramentas de acesso à informação. Paralelo e imbricado a esse debate, segundo ela, é preciso lutar pela democratização da mídia. Não apenas no sentido de constar o monopólio das grandes empresas nas concessões públicas da radiodifusão, por exemplo, mas também mudando os protagonistas da comunicação. “ A luta é muito maior do que pela visibilidade. Sem fazer a luta pela democratização continuaremos fazendo uma comunicação popular manca, pois não estaremos mexendo na estrutura que nos cerca”, afirmou.

Leandro Taques, dos Jornalistas Livres, que afirmou que “nesse momento de golpe, a informação e a comunicação independente, fora da mídia comercial e hegemônica, deve se fortalecer para realizar uma contrainformação”. Ele explica que o Jornalistas Livres surgiu em São Paulo, em 2015, na cobertura de uma das manifestações da direita. Desde então, o grupo vem se articulando com colaboradores e com outros veículos para produção e compartilhamento de conteúdo. Entre as possíveis formas de financiamento, Taques destacou o crowdfunding. Ele reforçou, ainda, a importância dos comunicadores estarem juntos em coberturas colaborativas para construir narrativas com destaque.

Paula Zarth Padilha, jornalista do site de notícias independente Terra Sem Males, falou sobre o projeto, que começou a ocupar um espaço que a mídia comercial não alcança, “a partir do interesse dos povos, dos movimentos sociais e também com base no jornalismo sindical”. O Terra Sem Males também funciona como impresso periódico, em que se destacam as fotografias do próprio idealizador do projeto, o fotógrafo Joka Madruga.

Paula explicou que uma das tentativas de trabalho do site é acompanhar fonte sites oficiais para buscar “assuntos escondidos” a partir de uma perspectiva dos trabalhadores. A jornalista também faz críticas à interferência editorial na produção de conteúdo e ao comportamento da grande mídia em tempos de golpe, enfatizando a necessidade de fortalecer a comunicação popular. “Não podemos dar mais espaço à mídia comercial do que ela já tem”, diz. Para ela, é preciso que pessoas também se engajem no compartilhamento dos conteúdos produzido pelas mídias alternativas.

Direito à comunicação

O professor de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), José Antônio Gediel, afirma que mesmo colocado pela Constituição Federal em vários artigos, o direito à comunicação não foi efetivado. “Mais do que pensar o que fazer para não perder, é necessário trabalhar para ainda realmente garantir este direito”, observou. Para Gediel, é preciso construir uma informação livre das orientações dos oligopólios de comunicação. “Entre um gol e outro, entre uma novela e outra, o silêncio sobre a política só se coloca para dizer as verdades que estão soldadas aos interesses da grande mídia”.

O professor ainda enfatizou que é preciso ir à lei, realizar mobilizações para promover um debate público sobre o uso democrático dos meios de comunicação atrelado ao trabalho e fortalecimento dos veículos alternativos.

Rafael Vilela, do Midia Ninja, faz uma reflexão sobre o que é possível nesse momento do ponto de vista da democratização da comunicação. “O debate sobre a democratização da mídia regrediu a tal ponto que estamos debatendo hoje a liberdade de expressão”, diz, mencionando o exemplo das restrições em relação a manifestações durante as Olimpíadas. “Talvez não seja hora de aprofundar o debate em relação aos formatos de política pública, mesmo porque já existe um grande acúmulo dos movimentos populares e de organizações que debatem a mídia. Com isso, já poderíamos ter feito dez revoluções no campo da democratização da comunicação”, afirmou Rafael, retomando as experiências de debates, fóruns nacionais e do Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática, construído em coletivamente e que busca apoio popular desde 2013.

Este é o momento, segundo ele, de construir uma resistência coletiva, ir para ação direta e conseguir fazer com que o golpe, mesmo que se consolide institucionalmente, não passe batido no imaginário da população. “O Brasil é um dos países que mais tem a mídia concentrada do planeta, mas ao mesmo tempo também temos uma rede de coletivos e de produtores de contra narrativas que quase não existe em outros lugares do mundo”, avalia.

Rafael também recorreu à realização da Olimpíada para dizer que, cada vez mais, cidadãos estão engajados em produzir uma comunicação própria e não deixar que prevaleça a dos grandes meios de comunicação. “Não teríamos a capacidade de cobrir o que está acontecendo no Brasil se não fosse essa

narrativa que está dissolvida”.

Circo da Democracia

O Circo da Democracia reuniu, entre os dias 5 e 10 de agosto, artistas, professores, jornalistas, políticos, publicitários, juristas, estudantes e toda a sociedade para falar de temas como educação, política, justiça, economia, arte/cultura e comunicação. Foi organizado pelo grupo Advogados pela Democracia, com o apoio de mais de 50 entidades. Seu principal objetivo foi levantar um debate acerca das consequências e desdobramentos de um impeachment presidencial para o país.

Acesse no site de origem: [Circo da Democracia debate democracia e comunicação \(15/08/2016\)](#)

Os 9 títulos mais machistas dos Jogos Olímpicos do Rio

(El País, 10/08/2016) Listas de “gostosas”, “mulheres de” que ganham medalhas ou belezas loiras de olhos azuis”

Reunimos os casos mais flagrantes de sexismo na cobertura da competição.



“Dá gosto de ver” ou “traga ou não medalha, ficaremos orgulhosos dela”, alguns dos comentários sobre a atleta de salto com vara Allison Stokke. (Foto: Instagram @ALLISONSTOKKE)

Simone Biles é a grande sensação da ginástica nestes Jogos Olímpicos. A nadadora Katinka Hosszu bateu o recorde mundial dos 400 metros e está cheia de ouros, e a norte-americana Katie Ledecky arrasou na piscina, conseguindo o primeiro lugar — e fazendo história — nos 400m livres. Apesar de nos Jogos Olímpicos de 2016 quase 50% dos sportistas serem mulheres (45%, para sermos exatos) e dos impressionantes feitos esportivos que estão conseguindo, muitos meios de comunicação se negam a reconhecê-las como algo mais que um pedaço de carne. É o que afirma um estudo da Universidade de Cambridge que acaba de ser publicado e que afirma que a mídia trata de forma diferente a informação esportiva se (*oh, que surpresa!*) o protagonista é homem ou mulher. É a conclusão a que chegaram depois de analisar 160 milhões de palavras em jornais, blogs e redes sociais. Os homens recebem três vezes mais espaço e tempo na informação esportiva do que as mulheres, e pior de tudo, as palavras mais usadas com elas são “idade”, “grávida” ou “solteira”, enquanto “rápido”, “forte” e “fantástico” são os adjetivos mais usados quando se fala deles. Esses dados não fazem mais do que certificar o machismo que ainda está presente no âmbito esportivo e que ultimamente está sendo especialmente palpável no tratamento da informação dos Jogos Olímpicos do Rio. É só dar um giro pela Internet para encontrar vários exemplos flagrantes de discriminação e sexismo:

5. Saltar, correr, andar, dormir, no hacer nada o hacerlo todo... da gusto verla en general.



- Allison Stokke, a atleta que vai prender você no salto com vara no Rio 2016 - Marca Buzz

“Será que Allison é a atleta mais bonita do mundo?” Com esta frase começa um ‘artigo’ do site *Marca Buzz* cujo único objetivo é coisificar a saltadora Allison Stokke. Sem citar em nenhum momento suas conquistas esportivas, o post se limita a inserir fotos da atleta treinando, retiradas de seu Instagram e acrescentando comentários como: “Sem dúvida está em forma”, “O salto com vara espera por você... e por meio mundo” ou “traga ou não medalha, ficaremos orgulhosos dela”. Outros tantos artigos circulam na rede limitando-se a analisar seu físico. Até sua página na Wikipedia dá mais protagonismo a sua fama na Internet como “ícone sexual” do que em analisar sua trajetória esportiva.

Leia mais:

[Transmissão da Rio-2016 nos EUA gera polêmica do “sexismo olímpico” \(Folha de S.Paulo, 10/08/2016\)](#)



Seguir

Wife of a Bears' lineman wins a bronze medal today in Rio Olympics trib.in/2asmvvr



RETWEETS
920

ME GUSTA
2.565



14:33 - 7 ago, 2016



920



2,6 K



- A “mulher de” que ganhou o bronze - *Chicago Tribune*

“A mulher de um jogador dos Bears ganhou hoje uma medalha de bronze na Olimpíada do Rio”, tuitou o *Chicago Tribune* depois que a atiradora norte-americana Corey Cogdell ficou com o terceiro lugar na categoria de tiro ao prato. Nem esse mérito nem o fato de ter ficado com a mesma medalha nos Jogos de Pequim pareceram suficientes para o jornal para mudar de ideia de apresentá-la como “a mulher de” nas redes sociais. Apesar de o texto escrito pelo jornalista Tim Bannon incluir o nome da esportista no título, abreviou as conquistas anteriores de Cogdell e preferiu destacar que é casada com o jogador de futebol americano do Chicago Bears Mitch Unrein. Os leitores não demoraram para reclamar nas redes sociais, propondo títulos alternativos e denunciando que “seu nome não é ‘esposa de um jogador dos Bears’. Seu nome é Corey Cogdell. Abaixo os títulos sexistas”.



MARCA en Río2016

@MarcaTMF



Mide 170 centímetros y pesa 98 kilos. Una portera #balonmano 🏐 sin complejos en #Rio2016 🌄 bit.ly/2b0oFIF 🍔 🍟 😂



👤 Olympics y 2 más

1:40 p. m. · 08 ago. 16

- A goleira “sem complexos” que pesa 98 quilos e come hambúrgueres? - *Marca*

O jornal esportivo *Marca* registrava a surpresa dos fãs diante da “destreza” da goleira do time de feminino de handebol de Angola, Teresa Almeida, apesar de seu “sobrepeso”. “Teve cerca de 34% de acertos, mas o que realmente cativou o pessoal foi sua flexibilidade com o corpo que tem”, diz um artigo totalmente focado no físico da esportista. Por mais que a própria Almeida fale com a publicação sobre seu corpo e dê várias declarações sobre como se sente sendo a “goleira da gordura”, o que verdadeiramente indignou o Twitter foi a forma como o jornal *vendeu* a notícia nas redes sociais. Os ícones que acompanham o título (a saber: hambúrgueres, batatas fritas e um gato morrendo de rir) só aumentaram a polêmica. O tuíte da discórdia foi apagado.



- Hosszu, a nadadora que bateu o recorde mundial “graças a seu marido” - NBC

No sábado passado, a nadadora húngara Katinka Hosszu quebrou o recorde mundial nos 400 metros, um feito que conseguiu “graças a seu marido”, segundo alfinetou ao vivo Dan Hicks, comentarista da rede de TVNBC. “Ele é a pessoa responsável por este triunfo. É preciso notar como mudou a motivação dela desde que começou a ser treinada por ele. É medo ou confiança o que a está ajudando neste processo?”, comentou o jornalista. Parece que Hicks esqueceu que a nadadora já foi campeã da Europa em 2010 (para citar apenas um dos títulos que ostenta), dois anos antes que seu atual marido começasse a treiná-la e três anos antes de se casar com ele.



- De “gostasas internacionais” a “atletas olímpicamente atraentes” -El Mundo

A manchete que apresentava as “gostasas internacionais nos Jogos Olímpicos do Rio” foi uma das mais polêmicas. Depois de incendiar as redes sociais, o jornal *El Mundo* decidiu mudar o título da galeria de fotos para “a lista de atletas olímpicamente atraentes”. O jornal considerou o problema resolvido mantendo na chamada um *interesante* aviso a Gisele Bündchen: “Que a modelo não se acomode porque esta Olimpíada vem com um forte *sex appeal*”. As reclamações devido à continuidade do foco sobre o físico das atletas se repetiram no Twitter: “O [termo] ‘gostasas’ incomodou... Melhor colocar ‘olímpicamente atraentes’. + Ideaca, por isso que você é chefe!”, escreveu o usuário. Outros tuiteiros comentaram que o jornal também havia publicado o mesmo ranking na versão masculina (primeiro, também sob o título “gostosões” e, depois, com “atletas olímpicamente atraentes”).

A Associação para Mulheres no Esportes Profissional (AMDP, na sigla em espanhol) demonstrou sua “raiva” escrevendo uma carta aberta ao jornal com o título *Não são gostosas, são atletas* e exigiu um “pedido público de desculpas para o tratamento discriminatório, machista, sexista do artigo”,

também compilando outros “comentários sexistas” contidos na publicação.

Los siete días de Mireia



- Uma foto de Mireia (muito) infeliz – *Marca*

Com o título *Os sete dias de Mireia*, o jornal esportivo *Marca* publicou uma foto em que... bem, muitos não demoraram em identificar e denunciar o conteúdo sexual e machista. Os usuários do Twitter perguntaram ao jornal se não havia uma foto melhor para ilustrar a notícia e o diretor da publicação, J. I. Gallardo, disse em um tuíte, que depois foi apagado, que “excitado é o que vê nessa imagem algo mais do que dois nadadores”. Agora, o artigo mostra outra foto.



- **Katie Ledecky é muito boa porque “nada como um homem” (nossa!)**

- **Ryan Lochte**

Katie Ledecky conseguiu o ouro batendo o recorde mundial nos 400m livres. Esta jovem, que já havia ganhado um ouro olímpico aos 15 anos, tem nove

títulos mundiais e bateu 12 recordes mundiais com menos de 20 anos, deve todo seu sucesso ao fato de nadar “como um homem”. Pelo menos, assim afirmou o também nadador Ryan Lochte, destacando que isso é o que a diferencia das outras. “Nada como um homem. Sua braçada, sua mentalidade, sua força... não vi isso em nenhuma outra garota.” Sem comentários.

INICIO • JUEGOS OLÍMPICOS 2016

JUEGOS OLÍMPICOS

Las muñecas suecas

Las chicas del país escandinavo llaman la atención en la Villa Olímpica. Cuando aparece un grupo de rubias y de ojos claros, se llevan la atención de todos. Mirá las fotos de la delegación de Suecia.

0

Compartidas



Publicado el 02-08-2016



- “As bonecas suecas” - *Olé*

O jornal argentino *Olé* apresentou as atletas escandinavas como “as bonecas suecas”. Um “grupo de loiras e de olhos claros que chama a atenção de todos na Vila Olímpica”. Além do título, o conteúdo do artigo cobria o jornal de glória: “Loiríssimas, olhos claros por todos os lados e figuras estilizadas fizeram com que os presentes se virassem para vê-las. Isso não significa que outros países, como o nosso, não tenham suas belezas. Mas as bonecas suecas captam a atenção dos olhos humanos”. Quem se importa como elas competem? Para que divulgar uma notícia que analise suas habilidades esportivas se é possível resolver a coisa com um par de fotos e dois comentários sobre a cor do cabelo?

2. No solamente es bonita, también es muy buena jugadora de voleibol y juega en la selección nacional de su país.



- Atletas que, além de bonitas, são atletas – Vários

Vários meios de comunicação latino-americanos apresentaram a jogadora de vôlei Winifer Fernández como uma mulher que “não é apenas bonita, mas também muito boa jogadora” (como pode uma atleta profissional ser boa no que faz?). Embora Fernández tenha ficado de fora dos Jogos Olímpicos do Rio, esta e outras manchetes machistas percorreram vários veículos dias antes dos Jogos. Basta colocar seu nome no Google para comprovar que muitas publicações lamentam “não poder ver seu físico desfilando no Rio”, enquanto a apresentam como “a dominicana sexy” ou “a bomba do vôlei que esquenta as redes” sem esquecer de avisar seus leitores: “Cuidado, você pode se apaixonar!”.

Clara Ferrero

Acesse no site de origem: [Os 9 títulos mais machistas dos Jogos Olímpicos do Rio \(El País, 10/08/2016\)](#)

#Rio2016 e o jornalismo tarado, por Joanna Burigo

(CartaCapital, 04/08/2016) Já não cabe mais acatar que profissionais sérias e altamente qualificadas como atletas sejam abreviadas à condição de “gostosa”

Vou começar esse texto com uma confissão: não pratico esportes. Ainda assim, vou falar sobre as Olimpíadas. Declaro não ser atlética antes de oferecer um parecer feminista sobre os Jogos por saber que a vida das esportistas - amadoras ou profissionais - é muito mais diretamente, dramaticamente e negativamente afetada pelas práticas misóginas do universo dos recordes e medalhas do que a vida de quem, como eu, acompanha a mídia esportiva apenas em épocas de megaeventos.

O que visio oferecer aqui é um olhar feminista de *espectadora*, tanto dos Jogos quanto de toda a cobertura jornalística que segue. Um olhar que ainda está por ver, mas que antecipa o que vai acontecer na transmissão da #Rio2016: a objetificação das atletas por um jornalismo tarado que abusa de seus corpos - ainda que simbolicamente.

As Olimpíadas mal começaram, e algumas notícias já foram problematizadas pela *intelligentsia* feminista online. Notícias em que imagens dos corpos das atletas são compostas de forma a sexualizá-las. Enaltecer atletas Olímpicas por sua boa forma, além de redundante - elas são, afinal, a elite do desporto mundial - é pernicioso.

Isso porque as matérias e imagens sobre elas raramente louvam a *potência* de seus corpos ou as habilidades que as tornam campeãs, como disciplina e obstinação. Em contrapartida, nunca falta detalhamento visual a respeito de coisas como o formato dos seus glúteos.

A boa forma das atletas, que serve outro propósito, pelas mãos do jornalismo tarado vira mais um dispositivo para colocar as mulheres no lugar onde o patriarcado nos quer: o de complemento decorativo e objeto de desejo, e não de agentes autônomas bem sucedidas em função dos próprios esforços.

Antes de começar a escrever este texto, eu estava com o coração dividido entre questionar o aparato Olímpico e celebrar as atletas. Foi ao começar a escrevê-lo que me dei conta: celebrar as conquistas e superações das atletas mulheres de forma respeitosa, desviando da cilada que transforma estas profissionais em musas para consumo masculino, é questionar o aparato Olímpico - ou ao menos as estruturas machistas que ainda o sustentam.

Não é difícil celebrar atletas por suas competências, e não por sua aparência. Este já é o tratamento dado a atletas homens. Que precisemos escrever, ou fazer campanhas, ou produzir material educativo para que a mídia não trate esportistas como objetos sexuais é evidência do machismo latente que permeia todas as instituições.

O machismo é um dos principais motivos pelos quais as mulheres se afastam dos esportes, e, felizmente, existem diversos projetos feministas dedicados a questionar e desafiar este paradigma.

O *Olga Esporte Clube*, por exemplo, visa transformar a relação entre mulheres e esporte, partindo do pressuposto que o machismo rouba delas o direito ao prazer, à socialização e ao crescimento pessoal, que são a essência da prática esportiva.

É machismo o que transforma o esporte e a inclinação atlética das mulheres em instrumentos de reforço do culto ao corpo, fomentando neuroses como controle de peso e fixação na perfeição estética.

O *Guerreiras Project* há anos utiliza o futebol como ferramenta para revelar, analisar e combater preconceitos de gênero. Essa iniciativa (da qual aconteço de ser co-fundadora, junto com a ex-jogadora estadunidense Caitlin Fisher e a campeã dos Jogos Pan-Americanos de 2007, vice-campeã da Copa do Mundo Feminina de 2007, e medalha de prata nos Jogos Olímpicos de 2004, Aline Pellegrino) cria e estimula diálogos visando ampliar a conscientização e reflexão crítica necessárias para a remoção dos obstáculos machistas que atravessam o caminho das atletas.

As *dibradoras* - que também atuam na conscientização a respeito do machismo que perpassa a prática do futebol de mulheres - cansadas de ver a mídia tratando como musas as profissionais que trabalham duro para ser campeãs, com muito treinamento, suor e lágrimas, lançaram a campanha #MaisQueMusas, que roga por uma cobertura jornalística madura das atletas em detrimento da transmissão adolescente do jornalismo tarado, que se interessa apenas por seus corpos.

Já a *Revista AzMina* criou o manual didático “*Como não ser machista em*

contextos esportivos". Nele, dicas práticas para jornalistas, esportistas, treinadores e espectadores lembrarem que as mulheres não existem, tampouco se exercitam, para seduzir ou para serem musas, mas sim porque mulheres são seres humanos que gostam de esportes e os praticam, e não deveriam ser desrespeitadas, violentadas ou objetificadas por causa disso.

Alguns veículos da mídia nacional já tomaram providências para que a misoginia seja varrida da cobertura das Olimpíadas. O *UOL Esporte*, por exemplo, buscou ajuda de duas ONGs feministas - a já mencionada *AzMiná*, e a *Think Olga* - para mapear as barreiras que mulheres esportistas encontram por serem mulheres.

Com cinco vídeos e uma série de reportagens que antecedem as Olimpíadas, a campanha encoraja todas a engrossar o caldo de denúncias aos machismos que permeiam a vida das esportistas usando a hashtag *#QueroTreinarEmPaz*.

O simbolismo de oferecer às mulheres atletas o tratamento de musas, gatas e afins reforça a mensagem que vem sendo enviada para mulheres há anos: sua habilidade atlética é de segunda classe, o que importa é sua aparência. Esta é a mesma mensagem enviada para meninas e mulheres, em todos os lugares, a respeito de quase tudo, todos os dias: "seu papel é decorativo".

O jornalismo tarado que trata atletas como meros objetos sexuais é bastante responsável pelo grande dilema das profissionais do esporte: modalidades femininas recebem menos cobertura porque têm menos verba, ou recebem menos verba por terem menos cobertura?

É impossível responder a esta pergunta sem antes compreender que, para conquistarmos equidade material, é preciso equidade subjetiva, e para isso é fundamental que respeitemos as atletas primordialmente por seu trabalho, e não por suas coxas e peitos.

Jornalistas - assim como torcedores, executivos, familiares e treinadores - não deveriam permanecer confortáveis com o fato de as mulheres, além de receberem menos (dinheiro, apoio, visibilidade...), quando recebem é em função de como se parecem. Esta desigualdade é tão interiorizada que,

quando as atletas a apontam, elas tendem a ser desacreditadas, ou mesmo silenciadas.

Que a #Rio2016 sirva também como motivo para que nós, espectadoras, sigamos falando e desafiando normas e padrões opressivos que são socialmente aceitos. Já não cabe mais acatar que profissionais sérias e altamente qualificadas sejam abreviadas à condição de “gostosa”.

#TemMulherNaJogada, então que a audiência continue de olho no jornalismo tarado, usando hashtags de denúncia para interagir com a mídia misógina. #JogaPraElas para que as usemos todas, e muito, até que esse jornalismo pueril crie vergonha e passe a agir como gente grande, bem resolvida - e nada machista.

Acesse no site de origem: [#Rio2016 e o jornalismo tarado, por Joanna Burigo \(CartaCapital, 04/08/2016\)](#)

IstoÉ é obrigada a publicar resposta por dizer que Dilma ficou “fora de si”

(ConJur, 02/08/2016) Meios de comunicação não podem usar o “manto do direito de informação” para divulgar deliberadamente quaisquer conteúdos referentes a uma pessoa, mesmo quando se trata de presidente da República, pois a imprensa deve se guiar pela veracidade. Esse foi o entendimento da juíza Tatiana Dias da Silva, da 18ª Vara Cível de Brasília, ao determinar que a revista *IstoÉ* conceda direito de resposta à presidente afastada Dilma Rousseff (PT).

Segundo reportagem do início de abril, antes da abertura do processo de *impeachment*, “a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o

equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país”.

Leia mais: [Revista ISTOÉ deve dar direito de resposta à presidente por publicações ofensivas \(TJDFT, 01/08/2016\)](#)

O texto afirma que a petista, mesmo medicada com rivotril e olanzapina, estava “dominada por sucessivas explosões nervosas”, tendo inclusive “avariado um móvel de seu gabinete, depois de emitir uma série de xingamentos”. Na mesma edição, o editorial da revista disse que Dilma transformou o Planalto em “casa de tolerância”.

A presidente afastada deve ganhar agora espaço para dar sua versão sobre as frases, com o mesmo destaque e a mesma dimensão, na próxima edição da *IstoÉ*, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil, até o limite de R\$ 20 mil. A juíza já rejeitou embargos de declaração apresentados pela editora.

A defesa de Dilma disse que chegou a solicitar o direito de resposta de forma administrativa, mas o pedido foi ignorado. Por isso, entrou com ação na Justiça. A ré alegou que as publicações não apresentam conteúdo injurioso ou falacioso nem dão margem à interpretação preconceituosa ou sexista.

Para a juíza, no entanto, ficou “claro o direito de resposta da autora, tendo em vista as colocações acerca das condições psicológicas e comportamento da demandante nos dias que antecederam julgamento importante com relação ao seu mandato”.

“Ser o objeto da publicação a pessoa ocupante da Presidência da República não autoriza qualquer meio de comunicação a divulgar deliberadamente quaisquer informações escondendo-se sob o manto do direito de informação, uma vez que tal direito tem que ser guiado pela veracidade do conteúdo publicado. O direito de resposta é pautado tanto pela ampla defesa quanto pelo direito público à informação verídica”, afirmou.

A decisão aponta que o direito de resposta foi regulamentado pela Lei 13.188/15 e, mesmo antes disso, já era garantido constitucionalmente no artigo 5º da Constituição Federal e “tem sido proclamado pela doutrina como ínsito ao Estado Democrático de Direito, corolário imediato do direito de informar e de ser informado”. Ainda cabe recurso. *Com informações da*

Assessoria de Imprensa do TJ-DF.

Acesse no site de origem: [IstoÉ é obrigada a publicar resposta por dizer que Dilma ficou “fora de si” \(ConJur, 02/08/2016\)](#)

No DF, ‘Festival Latinidades’ debate papel do negro na comunicação

(G1, 25/07/2016) *Mostra no Museu Nacional tem conferências, música, cinema e literatura. Evento até dia 31 tem Kimberlé Crenshaw, Djamila Ribeiro e Eliane Dias.*

Brasília recebe até o próximo domingo (31) a 9ª edição do “Festival Latinidades”, considerada uma das maiores mostras de mulheres negras da América Latina. Com o tema “comunicação”, o evento no Museu Nacional da República oferece debates, oficinas, shows de música e dança, sessões de cinema e lançamentos literários.



A saxofonista norte-americana Hope Clayburn, atração do Festival Latinidades, em Brasília (Foto: Festival Latinidades/Divulgação)

O festival busca estabelecer um diálogo sobre a temática afro e promover intercâmbio cultural entre os estados brasileiros e outros países.

Outro objetivo é fortalecer e valorizar história e cultura negra e suas manifestações tradicionais. Em oito edições, cerca de 200 mil pessoas participaram do evento.

Neste ano, estão em debate o marketing, o jornalismo e as redes sociais, com atenção especial para a importância do fortalecimento das mídias negras e da produção intelectual de negras e negros na elaboração de conteúdos. A mostra também destaca o protagonismo de mulheres negras na comunicação.



A advogada Kimberlé Crenshaw, que participa de conferência no Festival Latinidades, no DF (Foto: Festival Latinidades/Divulgação)

A abertura acontece na segunda (25), Dia Nacional da Mulher Negra. A solenidade marca também a inauguração da exposição fotográfica “Mulheres quilombolas em marcha”, de Ana Carolina Fernandes. As imagens podem ser vistas gratuitamente até domingo no auditório 2 do museu.

Na sexta (29), a advogada e professora de direito da Universidade de Columbia e da Universidade da Califórnia, no Estados Unidos, Kimberlé Crenshaw participa de uma conferência. Reconhecida como uma das mais importantes intelectuais negras da atualidade, ela chegou a influenciar a elaboração da cláusula sobre equidade presente na Constituição sul-africana.

Outros convidados internacionais que participam de debates são o ator, diretor e produtor de cinema e TV Hendi Mpya, da África do Sul, e o co-fundador e designer de som do Kiro’o Games Studio, Jean Yves Bassangna, de Camarões.

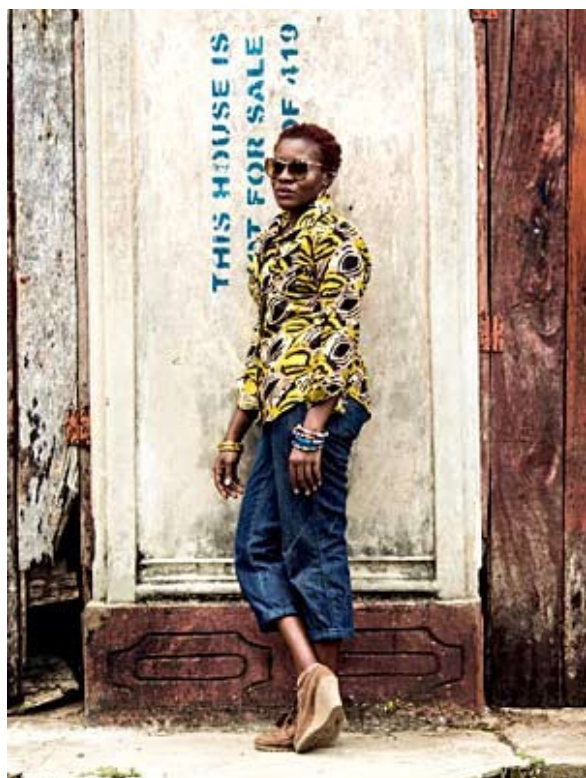
Mpya é fundador e gerente da empresa de mídia Passport Media, e

Bassangna desenvolveu o jogo “Aurion: Legacy of the Kori-Odan”, game que usa de base a mitologia, a moda e as músicas de diferentes regiões da África.



A produtora dos Racionais MC's, Eliane Dias (Foto: Agência Mirror/Divulgação)

O festival também tem participação da secretária-adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, Djamila Ribeiro, da doutora em Educação Sueli Carneiro, do Geledés - Instituto da Mulher Negra, a produtora da Boogie Naípe e dos Racionais MC's, Eliane Dias, a fundadora da ONG Desabafo Social, Monique Evelle, e as jornalistas Luciana Barreto, da TV Brasil, e Maíra Azevedo, do Jornal A Tarde (BA), entre outros.



A cantora nigeriana Veronny Okwei Odili, atração do Festival Latinidades, no DF (Foto: Festival Latinidades/Divulgação)

Entre as atrações musicais, estão Tati Quebra Barraco, MC Carol, Pretas Sonoras e DJs da festa Batekoo, de Salvador. Eles participam da Festa Latinidades, que tem duas pistas de dança e o concurso “RuPaulas” - que escolhe as melhores drags do evento.

No sábado, os destaques são a saxofonista norte-americana Hope Clayburn e a cantora nigeriana Veronny Okwei Odili. A noite tem ainda shows gratuitos com MC Soffia (SP), Rico Dalasam (SP), Donas da Rima (DF), Beth D’Oxum e Coco de Umbigada, Arielly e Dream Team do Passinho (RJ) ([veja programação completa](#)).

O festival também tem eventos para crianças no Espaço Infantil. O local oferece brincadeiras, roda de conversa e bailinho.

Outra atração é o “latinidades sustentável”, que disponibiliza bicicletário com iluminação e segurança e o “varal social”, com espaço para troca ou doação de roupas usadas.

A mostra também oferece espaços para coleta de resíduos recicláveis - que vão gerar renda para 100 famílias da Associação Pré-Cooperativista de Catadores de Resíduos Sólidos de Brasília (Apcorb), na L4 Sul.

O evento tem espaço para doação de lixo eletrônico, narração de shows e conferências em libras e espaço adequado para pessoas com mobilidade reduzida.

Acesse no site de origem: [No DF, 'Festival Latinidades' debate papel do negro na comunicação \(G1, 25/07/2016\)](#)

Conselho Curador adverte diretoria da EBC por mudanças nas grades dos veículos

(EBC, 11/07/2016) O Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) aprovou, durante sua 62ª Reunião Ordinária realizada no último dia 07, uma série de resoluções e recomendações para a diretoria da EBC. O colegiado notificará a empresa com uma advertência pelo não cumprimento da [Resolução Nº 01/2016](#), que dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta ao Conselho no caso de alteração das grades da TV Brasil e das rádios Nacional e MEC.

No último semestre, a programação das emissoras foi substancialmente alterada, com a retirada de programas da faixa reflexiva e inclusão de transmissões esportivas sem o conhecimento dos conselheiros e conselheiras. Todos os diretores que estiveram na empresa entre janeiro e julho deste ano foram considerados responsáveis pelas mudanças indevidas.

Durante a reunião, o colegiado também emitiu recomendação com diretrizes iniciais para alterações na grade da TV Brasil, a partir de proposta

apresentada pela diretoria em função da recente desorganização da grade. O documento pede, entre outros pontos, a manutenção das proporções de conteúdo aprovadas no Plano de Trabalho da empresa para 2016 e da lógica baseada em faixas etárias na programação, além do aumento de programas que tragam a presença de negros e indígenas para a tela. Um pedido de informações sobre a estratégia da empresa para a faixa de programação infantil será encaminhado para a diretoria.



Conselho emite advertência à diretoria da EBC (Foto: Magno Romero/EBC)

A proposta de grade, que também precisa ser submetida ao Comitê de Programação e Rede da EBC, ainda deve passar pela Câmara Temática de Programação e Plataformas do Conselho, onde os questionamentos levantados pelo pleno serão sanados antes de sua aprovação final.

“Nossa preocupação na construção dessa grade é reestabelecer pontos de honra aprovados por este Conselho. Por isso, achamos importante a recuperação da faixa de reflexão, que voltaria com alterações de programas, nomes e formatos, sem os profissionais que apresentavam, porque estão com seus contratos suspensos”, explicou Albino Freaza, gerente-executivo de

programação de TV.



EBC apresentou proposta de nova grade da TV Brasil (Foto: Magno Romero/EBC)

Na visão da conselheira Rosane Bertotti, é muito importante que mudanças na programação levem em conta as necessidades da Rede Nacional de Comunicação Pública. “Essa mudança de grade está sendo dialogada com as emissoras parceiras? Para a TV Brasil, que não chega em todos os municípios do país, a transmissão de rede é um espaço fundamental”, questionou.

Rádios

Motivados pela apresentação do relatório da Ouvidoria da EBC referente ao mês de junho, os conselheiros e conselheiras discutiram também a programação das rádios MEC e Nacional. “A programação das rádios recebeu muitas reclamações nesse período. A transmissão dos programas regulares foi cortada no facão, sem explicações, para um pronunciamento oficial sem nenhuma relevância jornalística, com todas as rádios públicas retransmitindo”, relatou a ouvidora-geral, Joseti Marques.

O colegiado concordou com as críticas da ouvidora e pediu que as propostas de alterações das grades das rádios e possíveis mudanças editoriais fossem encaminhadas para discussão do Grupo de Trabalho de Rádio do Conselho, seguindo o procedimento que será adotado pela equipe da TV Brasil.

A conselheira Akemi Nitahara questionou como serão compostas as grades das emissoras uma vez que uma série de programas têm contratos válidos até o fim deste ano, como *Ecos da Terra*, *Puxa o Fole*, *Bossa Moderna*, *Zoa Som* e *Criolina*. Ela lembrou ainda que a Ouvidoria tem relatado condutas inapropriadas de apresentadores e narradores de outros programas, falta de atualização dos radiojornais, entre outros aspectos preocupantes na programação das rádios.

“O rádio pode muito bem aproveitar esses relatórios da Ouvidoria porque aqui já tem bastante sugestão sobre como aprimorar a grade”, sugeriu Akemi, que defendeu a renovação de contratos de programas como o *Ecos da Terra*, que trata de questões como direitos das mulheres e meio ambiente. O conselheiro Enderson Araújo cobrou, ainda, a renovação do contrato do programa *Ação Periferia*, que não ocorreu até agora, apesar de constar no Plano de Trabalho para este ano e ter importante papel na difusão da cultura hip hop.



Relatório da Ouvidoria apontou problemas na programação do rádio (Foto: Magno Romero/EBC)

Coberturas jornalísticas

Durante a reunião, o Conselho discutiu a cobertura jornalística da EBC para o processo de impeachment, Olimpíadas, Paralimpíadas e eleições municipais. O colegiado cobrou da Diretoria de Jornalismo da empresa, após apresentação do planejamento geral para os eventos, a entrega dos planos de cobertura de cada um deles.

O novo diretor de jornalismo da EBC, Lourival Macedo, afirmou que, por causa do momento delicado que o país vive, a empresa irá se concentrar em coberturas factuais. “Não damos destaque político nas coberturas. Se um tema está muito politizado, não queremos colocar lenha na fogueira. (...) A gente não pesa de um lado nem de outro”, disse.



O novo diretor de jornalismo, Lourival Macedo (Foto: Magno Romero/EBC)

A presidenta do Conselho, Rita Freire, defendeu, porém, a necessidade de se trazer diferentes visões de mundo para o debate qualificado nos veículos da EBC sem, com isso, tomar posições. “Nesses planos a serem encaminhados para nossa Câmara de Jornalismo, esperamos ver como vai se dar a pluralidade de vozes dentro das coberturas. É mais isento a gente trabalhar com a ideia de diversidade no jornalismo”.

Os conselheiros reafirmaram a diferença da abordagem jornalística que a comunicação pública deve dar aos fatos em contraposição à comunicação estatal. Nesse sentido, foi aprovada uma resolução determinando que a produção, pauta, equipes e equipamentos destinados à prestação de serviços dentro da EBC devem ser distintas dos demais veículos a fim de evitar prejuízos à missão pública da empresa.

O colegiado deliberou também que a EBC não se omita na cobertura de pautas relacionadas à comunicação, em especial, à própria comunicação pública. “A mídia privada não discute a mídia e isso é uma das principais diferenças dos veículos públicos no Brasil. Não podemos fingir que esse debate não está acontecendo, mas devemos fazê-lo ouvindo todos os lados”,

afirmou o conselheiro Venício Lima.

Ainda sobre o jornalismo da empresa, o Conselho aprovou outra resolução, reforçando um pedido já feito pelo pleno, para que fosse dada prioridade às questões de interesse da população indígena. “A gente quer a EBC fazendo o registro de eventos indígenas, queremos que o jornalismo reflita o que estamos pensando para o desenvolvimento desse país”, cobrou a conselheira Matsá Yawanawá.



Conselheiros pedem mais diversidade de vozes no jornalismo da EBC (Foto: Magno Romero/EBC)

Programas religiosos

Durante a reunião, a Ouvidoria da EBC também ressaltou em seu relatório problemas no programa religioso *Reencontro*, veiculado na TV Brasil. Segundo a ouvidora, os produtores estão fazendo propaganda eleitoral para candidatos às eleições municipais no Rio de Janeiro durante a programação. O Conselho aprovou, então, outra resolução que determina à diretoria da EBC medidas cabíveis para evitar que conteúdos políticos, partidários e eleitorais continuem a ser veiculados em programas religiosos nas emissoras

de rádio e TV, em descumprimento da Lei de criação da empresa e da legislação eleitoral.

Agenda

O pleno aprovou, após proposta do conselheiro Enderson Araújo, prorrogação do prazo para recebimento de inscrições de entidades e indicação de postulantes referentes ao edital de consulta pública nº 02/2016, que escolherá cinco membros para o colegiado. O novo prazo, dia 20 de agosto, deve ser ainda publicado no Diário Oficial da União.

O Conselho definiu, por fim, que realizará uma audiência pública, cujo tema será o futuro da comunicação pública, no dia 1º de setembro e na manhã seguinte, 02, se reunirá para sua 63ª Reunião Ordinária. Antes disso, no dia 08 de agosto, o colegiado participa, em Brasília, de um seminário para discutir a missão e o futuro da EBC, promovido pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que na sua última reunião aprovou [nota em defesa do caráter público da EBC](#).

Acesse no site de origem: [Conselho Curador adverte diretoria da EBC por mudanças nas grades dos veículos \(EBC, 11/07/2016\)](#)